

admiremos esses homens que realmente trabalham e se dedicam a um melhor aprimoramento da nossa produção, para que sejam barateados também os gêneros de primeira necessidade e para que o governo federal aprenda que quando se trata de congelamento de preços deve-se congelar, como disse o nobre deputado Daniel Faraco em primeiro lugar não os gêneros de primeira necessidade, mas os produtos da indústria. Do contrário, o agricultor fica depenado e é ele que sempre sofre a ira dos governos, as restrições. Quando se congelam preços, ninguém procura as indústrias, aqueles que obtêm os lucros fabulosos nas grandes metrópoles.

Não. Vão contra o agricultor e congelam o resultado da sua produção. O povo pretende comer feijão a preço razoável, arroz a preço mais acessível, mas é obrigado também a usar sapatos, roupas e até jóias baratas e todas essas pequenas coisas necessárias à vida de qualquer pessoa. E assim V. Exa. vem chamar a atenção para a natureza agrícola do nosso país, destacando a ação desse técnico, para que os nossos fazendeiros aplaudam e admirem o agrônomo, não de longe, mas como um homem acessível que vai ensinar a eles e às suas famílias como plantar e produzir em maior escala. Congratulo-me, pois, com V. Exa. pelo seu brilhante discurso, e que sirva ele de ensinamento não apenas ao governo estadual, que, através dos seus assessores, a despeito da sua enorme boa vontade, deixa, infelizmente, as casas de lavoura inativas, como verdadeiros museus, onde não se toca sequer numa peça, mas também ao governo federal, para que ele aprenda a congelar em primeiro lugar os preços dos produtos manufaturados, deixando em paz a lavoura, para que ela possa progredir e, através do seu progresso, também propugne a pátria brasileira.

O SR. AUGUSTO DO AMARAL — O aparte de V. Exa., nobre deputado Dante Perri, tem significação especial para o meu discurso, porque, sendo V. Exa. representante de Campinas, por certo conhece a obra do Dr. Arthur Primavesi, e faz, assim, a mesma justiça que lhe fazemos neste momento.

Volto a tratar do meu homenageado, Srs. deputados, referindo-me ao trabalho que teria provocado na Europa o interesse a que me referi. Antes de ter chegado a essa conclusão, isto é, de que "não há doença vegetal sem prévia deficiência mineral", havia já o Dr. Primavesi publicado alguns trabalhos, entre os quais a sua obra "A nutrição racional das lavouras". Mas não parou por aí. Reconhecendo nas plantas qualquer deficiência mineral pela descoloração e posição das folhas, pelo modo de crescer e desenvolver, percebeu que sempre, antes dum ataque bacteriano, de vírus ou fungos, os vegetais demonstram a falta de um ou mais minerais de um determinado complexo. E pelas provas mais irrefutáveis chegou à conclusão de que "determinada deficiência mineral provoca determinado ataque bacteriano, de vírus ou de fungos". Quer dizer, os ataques microbianos são sempre somente uma reação secundária. Primeiro falta o mineral, depois vêm os microbios, aproveitando-se da debilitada situação do vegetal.

Cabe ao Dr. Primavesi ter aberto neste campo o caminho para a era brasileira, e espero que não somente o estrangeiro se aproveite disso, mas também o próprio Brasil.

Enfim, Srs. deputados, com esses trabalhos que tiveram, como já disse no início, boa repercussão na Europa, vem o Dr. Arthur Primavesi de receber um convite da Universidade de Viena, para dar, na sua Escola Agrônoma, um curso da sua especialidade.

Como devem reconhecer os Srs. deputados, sendo hoje o Dr. Primavesi um compatriota nosso, e tratar-se do convite da Universidade Austríaca de uma conquista para a ciência nacional, mais do que para o próprio convênio, trago o fato ao conhecimento desta Assembléia, a fim de que fique consignado nos seus anais e sirva de estímulo para o homenageado e chegue ao conhecimento da brilhante classe agrônoma brasileira.

Sr. Presidente, gostaria de ceder o restante do meu tempo aos nobres deputados Avalone Júnior e Dante Perri, cinco minutos para cada um. Era o que tinha a dizer.

O SR. HILARIO TORLONI (Sem revisão do orador) (Para reclamação) — Sr. Presidente, acabamos de receber uma comunicação da Federação dos Bancários do Estado de São Paulo de que a greve pacífica que aquela classe está realizando vem de sofrer, nesta Capital, coação por parte das autoridades policiais que impedem o desenvolvimento normal daquele movimento de reivindicação. Os acontecimentos que se desenvolvem, principalmente na agência do Banco do Brasil, são de molde a preocupar não só a classe dos bancários, mas a todos os responsáveis pela ordem pública em São Paulo, em virtude das violências policiais contra os bancários em greve.

Nestas condições, apela a Federação dos Bancários do Estado de São Paulo a esta Casa para que tome providências, no sentido de proteger a classe dos bancários, que luta por melhoria dos seus salários. Peço a V. Exa., Sr. Presidente, que se comunique com o Sr. Secretário da Segurança, a fim de se verificar sobre a veracidade destas informações e, principalmente, solicite que, se procedentes, o Sr. Secretário da Segurança interfira, incontinenti, para garantir aos bancários a greve, direito inscrito na Constituição Federal. É o apelo que faço a V. Exa., a fim de que entre em contacto com o Sr. Secretário da Segurança para verificar sobre a coação policial que se desenvolve contra os bancários em greve, principalmente na agência do Banco do Brasil, nesta Capital.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência vai tomar as devidas providências que requerem os fatos que V. Exa. relata.

Por cessão do nobre deputado Augusto do Amaral, tem a palavra o nobre deputado Avalone Júnior, por cinco minutos.

O SR. AVALONE JÚNIOR — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, o jornal "Última Hora", há exatamente dez dias, publicou uma nota, na coluna "A Tribuna para o povo", com uma referência à estância abandonada do Quilombo. E ali o missivista apela para o deputado Avalone Júnior, eleito pela região, e para o Governo do Estado, no sentido de que proporcionem melhores condições para aquele setor. Sr. Presidente, Srs. deputados, este apelo vem a propósito, porque estamos, há 60 dias, empolgados com a urbanização de Quilombo. Estamos mesmo empenhados em transformar Quilombo numa estância hidromineral tanto mais quanto agora o Departamento de Obras Sanitárias, em brilhante parecer, sugere ao Governo do Estado a transformação daquele local apazível em estância hidromineral. Neste sentido, o Sr. Secretário da Viação, o eminente Dr. Machado de Campos, manifestou-se contrário. Daí a iniciativa particular em mobilizar recursos para levar progresso àquela região. Somos contrários ao parecer do Sr. Secretário da Viação. O que reclamamos é exatamente um Departamento de Estâncias do Estado, para que se transformem essas estâncias do Estado, a maior parte abandonada, em fontes de riquezas, em fontes de turismo. Mas hoje estamos aqui para defender Quilombo e dizer que o deputado da região está cumprindo o seu dever.

O Sr. Hilário Torloni — (Com assentimento do orador) — Nobre deputado Avalone Júnior, conheço o local a que V. Exa. se refere. Folgo em verificar que V. Exa., atente a essa justa reivindicação, pretendo propor a esta Casa a transformação do Quilombo em estância hidromineral. Se V. Exa. apretnar projeto de lei nesse sentido, de acordo com o que preceitua a Constituição estadual, deverá ser ele aprovado pela maioria absoluta desta Casa. Pode V. Exa. contar, desde já, com meu apoio pessoal e com o apoio de toda a bancada do Partido Social Progressista a essa magnífica idéia, que desejamos ver concretizada em breves dias.

O SR. AVALONE JÚNIOR — Muito grato, nobre deputado Hilário Torloni. Seu pronunciamento nos satisfaz inteiramente, pois é uma mensagem de esperança para o sacrificado povo de Quilombo, e estamos certos de que a bancada do P.S.P., onde V. Exa. ao lado de outros é figura estelar, nos dará toda a cobertura.

Entretanto, a iniciativa particular anuncia um roteiro de melhoramentos que já estão sendo realizados. Alguns com o apoio do governo, como por exemplo, a pavimentação do trecho Bauru-Laranja Azêda e a iluminação pública. E agora um grupo de homens da região de Bauru e Jacanga resolveu organizar uma sociedade anônima, visando justamente a apressar essas providências que já há 20, 30 e 40 anos eram reclamadas. E podemos anunciar que será erguido naquele local um grande hotel, como também serão feitos outros melhoramentos.

Queremos dizer, igualmente que mantivemos contacto, sexta-feira, com o eminente Dr. Aguiar Pupo, antes de S. Exa. viajar para o México, e mais uma vez mostrou-se S. Exa. ardoroso defensor de Quilombo e "lamentou que nada se tenha feito, até agora, para dotá-la de condições próprias para acolher tantos enfermos que nela, certamente, encontrariam senão a cura total, pelo menos um alívio considerável para seus males".

— (Assume a Presidência a Sra. Conceição da Costa Neves).

Faremos aqui ainda outros importantes pronunciamentos. Como temos tempo exíguo, deixamos a tribuna à disposição do eminente parlamentar Dante Perri. No instante, agradecemos ao nobre deputado Augusto do Amaral pela sua cativante gentileza de nos haver cedido cinco minutos do seu tempo. Pedimos à Sra. Presidente que determine a publicação do pronunciamento do Dr. Aguiar Pupo sobre Quilombo, e reafirmamos que voltaremos a esta tribuna para dizer que somos aqui, ao lado do nobre deputado Hilário Torloni e de

tantos outros parlamentares, os homens que defenderão a criação da Estância de Quilombo.

O pronunciamento a que me refiro é o seguinte:

DESCOBERTAS NA REGIÃO DE BAURU, ÁGUAS MINERAIS RADIOATIVAS
A Fonte Quilombo está arrastando uma verdadeira romaria de enfermos — Análises já realizadas oficialmente comprovam as extraordinárias virtudes das águas do Quilombo — Possível a presença de gases raros — Impossível mergulhar na fonte tal a estranha força das águas nascentes da profundidade da terra — Depoimento autorizado do Professor Aguiar Pupo

A história começou há alguns anos: na localidade de Quilombo, próxima de Bauru, havia uma nascente de água onde alguns meninos costumavam ir para nadar. E essas crianças comentavam que para nadar na Fonte do Quilombo, não era preciso aprender: bastava se atirar na água... e flutuar sem qualquer esforço ou habilidade. Alguns adultos davam a esses comentários o crédito que merecem as histórias contadas por crianças cheias de imaginação. Ninguém nunca ouvira falar em semelhante coisa: uma piscina natural onde não era possível se manter submerso. Mas, de tanto os meninos insistirem, alguns adultos resolveram visitar o local. Ficaram boquiabertos: o que as crianças diziam era a pura realidade! Em poucos dias, das imediações, vinham centenas e centenas de pessoas para apreciar o fenômeno. Muitos começaram a murmurar que aquela fonte era "milagrosa". E como que confirmando esses rumores, surgiram alguns casos de curas de pessoas que sofriam de males da pele, de doenças gastro-intestinais e de asma. Durante muito tempo, nenhuma medida oficial foi tomada para se verificar que espécie de água era aquela. Tampouco foi feito racionalmente qualquer controle médico das propagandas curas. O povo, porém, continuava a afluír à Fonte do Quilombo e a apregoar suas virtudes excepcionais. Finalmente, a Prefeitura local decidiu mandar analisar a água e ao mesmo tempo requereu o direito de sua exploração junto ao Departamento de Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Dois análises foram feitas oficialmente: uma, pelo Governo Federal e outra pelo Governo Estadual. Ambas acusaram resultados semelhantes: trata-se de águas minerais radio-ativas, cloro-minerais, hipotermicas e alcalinas. Explicavam-se as curas "milagrosas" obtidas por milhares de pessoas.

Entretanto, as análises feitas, usaram água recolhida no local e posteriormente transportada para o Rio de Janeiro e para São Paulo, onde estavam localizados os laboratórios oficiais. Resta ainda realizar uma série de análises no próprio local, a fim de determinar se se registra a presença na Fonte, de gases raros, tais como o Hélio e o Neon, cuja ação curativa é responsável pela fama de muitas estâncias hidro-minerais europeias, especialmente na Itália.

Também no local, praticamente nada foi feito para permitir um aproveitamento racional da Fonte Quilombo. O lugar é rústico, sem o conforto necessário para que nele se possa permanecer por mais tempo senão o suficiente para um banho. Na piscina natural observam-se pessoas saudias mergulhadas ao lado de outras atacadas de moléstias da pele e de outros males. Praticamente não há qualquer controle médico dos pacientes que procuram a cura na Fonte Quilombo.

Embora a Prefeitura tenha requerido para o local a condição de Estância Hidro-mineral e tenha recebido parecer favorável da Comissão Governamental encarregada de assessorar tais processos, essa iniciativa está praticamente parada e nada se vem fazendo para levá-la a cabo. Isso é profundamente lamentável, com capacidade para promover o turismo interno e até mesmo internacional.

Procuramos o Professor Aguiar Pupo — um dos maiores nomes da medicina brasileira, famoso especialista em doenças da pele, representante do Brasil em vários Congressos Internacionais de Dermatologia e atualmente um dos integrantes da Comissão Governamental que trata dos assuntos referentes às fontes hidro-minerais em São Paulo, para ouvi-lo sobre a Fonte do Quilombo. O renomado mestre mostrou-se entusiasmado com a Fonte Quilombo e lamentou que nada se tenha feito, até agora, para dotá-la de condições próprias para acolher tantos enfermos que nela, certamente, encontrariam senão a cura total, pelo menos um alívio considerável para seus males. Recbendo-nos em seu Consultório, o conhecido cientista brasileiro, depois de nos fornecer dados valiosos sobre a Fonte Quilombo, declarou-nos: "A ação curativa das águas minerais já era conhecida pelo homem há milênios. Plínio — o naturalista — pai da medicina naturalista, exaltou a excelência das águas minerais no tratamento dos males da humanidade. Nos tempos modernos, como na antiguidade, esses conceitos de Plínio — o naturalista — são ainda perfeitamente válidos. A eles eu acrescentaria que, a par de seu papel como fonte de saúde, as águas minerais possuem ainda o papel de catalizadoras de progresso para as regiões onde se localizam. Vichy e Carlsbad na Europa, Poços de Caldas, São Lourenço e Cambará em Minas Gerais e Aguas do Prata em São Paulo, são exemplos vivos do valor social que as Águas minerais representam para um país ou para um Estado. Por isso estou convencido que será apenas uma questão de tempo e a Fonte Quilombo está se transformando numa importante estância Hidro-Mineral, ajudando toda a região circunvizinha a prosperar".

A SRA. PRESIDENTE — Deferido o pedido de V. Exa. Tem a palavra o nobre deputado Dante Perri.

O SR. DANTE PERRI (Sem revisão do orador) — Sra. Presidente e Srs. deputados, há poucos dias tive oportunidade de apresentar a esta egrégia Assembléia um projeto de lei estendendo a outras classes os benefícios de uma lei quase internacional e que, pela primeira vez, está sendo aplicada no Estado de São Paulo. Esta lei trata de um ajuste de salário que atinge, até, à casa de 150% aqueles que se dedicam a pesquisas científicas. E o Governo do Estado estendeu esses benefícios à operosa classe dos agrônomos, que realmente têm feito esforços gigantes para tirar a agricultura do marasmo em que estagnava, a fim de projetar, mais tarde, em São Paulo, uma agricultura mais modernizada, mais mecanizada, mais produtiva e menos dispendiosa, para que o povo brasileiro se espelhasse na face polida do povo paulista e pudesse fazer o mesmo em outras regiões da nossa Nação. Mas acontece que esse benefício concedido aos agrônomos não nos parece muito razoável, desde que não se estenda também a outras classes que tratam de pesquisas. Assim, ao próprio Judiciário, que trata de pesquisas. Um juiz de direito, ao manusear autos de um processo qualquer, muitas vezes leva-o para casa a fim de estudá-los melhor. E à luz do candeeiro, à luz da lâmpada elétrica, no recesso do lar, na intimidade da própria casa pesquisa as razões do crime, o motivo pelo qual foi aberto processo a fim de que possa dar uma solução mais compatível com a verdade, com a realidade, com a justiça. É, pois, também um trabalho de pesquisa que faz o juiz de direito, razão porque nosso projeto atinja igualmente esta grande, esta operosíssima e honradíssima classe dos juizes de direito.

Sabemos que os desembargadores também realizam trabalhos extraordinários, enormes, em São Paulo, embora sejam uma classe desprotegida pelo governo, de tal forma que os desembargadores andam de bonde, de ônibus e a pé, com uma pilha enorme de autos debaixo do braço, enquanto certos diretores, certos chefes de seção têm 1, 2 e até 3 carros para sua movimentação dentro da cidade. Não se compreende o abandono, o desinteresse pela classe dos desembargadores, que são elementos primaciais, colunas mestras da Justiça em todo o Brasil. E estendi também, Sra. Presidente e Srs. deputados, os benefícios dessa lei de aumento, de reajustamento de 100 e até de 150 por cento aos engenheiros do D.E.R.

Sabem os Srs. deputados que a grandeza de São Paulo se fez através das estradas de ferro e das estradas de rodagem. Infelizmente, a navegação fluvial não existe e a navegação aérea é muito jovem em São Paulo. O Estado não pode se orgulhar de ter seu progresso baseado na navegação aérea.

Todo o progresso de São Paulo foi feito pelo transporte ferroviário e rodoviário e nesses dois setores destaca-se a figura ímpar do engenheiro, que dá tudo o que pode ser dado, todo o seu trabalho, toda a sua ciência e todo o seu esforço na pesquisa de elementos essenciais para a construção de determinados meios de comunicação não venha a ser onerosa para o Estado e produza o efeito desejado. Não se diga que o engenheiro, seja o residente de conservação ou o de construção de estradas de ferro, do D.O.P. ou do D.A.E. não fazem pesquisa. Todos pesquisam: dentro de sua própria ciência os elementos básicos para o bom termo de suas obras. Eis porque nosso projeto visa a classe dos engenheiros do D.E.R., D.A.E., D.O.P., toda a classe dos que trabalham no funcionalismo público, com um aumento que pode ser de 100, 150 e 200 por cento, respectivamente, para 10, 15 e 20 anos de serviço, concedidos atualmente apenas aos agrônomos do Estado.

Não se compreende que o Sr. Carvalho Pinto, homem praticamente desapaixonado, venha, apenas por má assessoria, atender a determinada classe do funcionalismo esquecendo as mais operosas. Realmente, a ascensão do Sr. Carvalho Pinto ao Governo se deve ao D.E.R. Foi graças à propaganda feita pelo ex-Governador Jânio Quadros das obras rodoviárias do Estado de São Paulo que se elegeu o Sr. Carvalho Pinto, aliando-se a seus próprios méritos, que o povo de São Paulo, já conhecia e aos quais prestava a sua homenagem. Mas foi através do D.E.R., das pontes, das grandes construções que o Sr. Jânio Quadros conseguiu impor e que se elegeu o Governador que honra o Brasil e orgulha o nosso Estado.

Eis porque o meu projeto faz um apelo, ao mesmo tempo que sintetiza, de forma clara e clássica, as suas reivindicações, para que os Srs. deputados possam analisar os benefícios à classe dos magistrados, desembargadores e engenheiros, esses benefícios do Fundo de Pesquisa.